



# **Sistematização das Experiências da Iniciativa para Terras Comunitárias na Delimitação de Terras Comunitárias no âmbito da Implementação da Lei de Terras**

## **Relatório Temático da Delimitação de Terras Comunitárias**

*Eunice Cavane, Laura German,  
Almeida Siteo e Carla Braga*





# Introdução

- A Lei de Terras já foi aprovada em 1997 e o seus instrumentos operativos (Regulamento e Anexo Técnico) tem sido aplicados por diversos actores
- A lei de terras introduz o conceito de “comunidade” e procura proteger os direitos de posse e acesso à terra e os recursos nela contidos
- iTC é uma das instituições vocacionadas ao apoio na delimitação de terras comunitárias
- A maior intervenção de delimitação de terras comunitária foi feita com apoio da iTC





## Delimitação (definição)

*“... a identificação dos limites de áreas ocupadas pelas comunidades locais ou pessoas singulares nacionais, que de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos, incluindo o lançamento da informação no Cadastro Nacional de Terras”*





# O porquê da delimitação

A delimitação de terras comunitárias tem como objectivos assegurar que:

(a) a comunidade tenha maior segurança de terra

(b) a comunidade possa tirar benefícios do uso integrado dos recursos naturais



# Metodologia (1)

- Estudo solicitado pela iTC para a sistematização das lições aprendidas
- O levantamento de dados ocorreu em 6 das 8 províncias onde a iTC intervém
- Visitas, entrevistas, observação directa



Comunidade	Província	Distrito
Mpunga	Manica	Sussundenga
Zomba	Manica	Sussundenga
Mussapa	Manica	Sussundenga
Mponda	Sofala	Marromeu
Mutomboumwe	Manica	Manica
Muswata	Manica	Manica
Mirrepe	Nampula	Angoche
Maririmue	Nampula	Mecuburi
Mutapua	Nampula	Mecuburi
Mavuco	Nampula	Moma
Incuai	Gaza	Chibuto
Kambanhane	Gaza	Chibuto
Mussa	Niassa	Lichinga
Muodo	Zambézia	

# Metodologia (2)

- Entrevistas
  - Grupo de líderes
  - Grupo de mulheres
  - Grupo de homens
  - Associações comunitárias
- Comunidades delimitadas
- Comunidades vizinhas
- Provedores de serviços
- Instituições do Estado (Distrito, Província)
- Instituições privadas





# Processo de delimitação

- Encontro com Administração, chefes da localidade/posto e comunidades abrangidas
- Encontro com a comunidade abrangida e comunidades vizinhas
- Diagnostico Rural Participativo
- Georeferenciamento
- Elaboração do mapa
- Devolução parcial
- Devolução final
- Tramitação
- Encontro com Administração, chefes da localidade/posto e comunidades abrangidas
- Encontro com a comunidade abrangida e comunidades vizinhas







# Razões para delimitação

Razão da delimitação	Comunidades
Conflitos entre comunidades e investidores	Mutomboumwe-Ifloma Mussa – Empresa florestal Mutapua – Lurio Green Resources
Conflitos entre comunidades vizinhas	Mutomboumwe-Mudododo Muswata-Mpungu Muodo-Liviavia
Pedido da comunidade	Mponda





# Delimitação e Demarcação

- A diferença dos conceitos não é clara para os diferentes intervenientes
  - Demarcação implica um plano de negócios e uma ocupação efectiva da terra, é exclusiva e está orientada para um uso específico
  - Delimitação não é exclusiva e pode se atribuir direitos (DUATS) dentro de áreas delimitadas
- Diversidade de interpretações
  - Comunidades delimitadas entendem que não vão deixar ninguém entrar
  - Investidores querem suas áreas livres de comunidades
  - Estado não tem mecanismos de reforçar a orientação dos investidores para áreas delimitadas, ou orientar delimitação para áreas antes de demarcação
- Resultado da confusão pode ser contraproducente e dificultar a geração de renda e benefícios para a comunidade





# Investimentos e Áreas Delimitadas

- A maioria dos investimentos está na área de agricultura e silvicultura
  - ocupa terras extensas (principalmente a silvicultura)
  - A ocupação nem sempre é efectiva apesar de DUATs emitidos (criando potencial para re-ocupação)
- CPI/CEPAGRI reconhecem as dificuldades de coordenação com outras instituições
- Ligar o processo de delimitação com os investimentos ainda é um desafio para todos (Estado, Comunidades, Privados)





# Impactos da Delimitação

- Mudança de atitude perante a terra e recursos naturais
  - *“... afinal a lei de terras e a lei de floresta e fauna bravia nos protegem e nos dão força? Nós ficamos todo este tempo a perder dinheiro e a degradar as nossas florestas sem sabermos que podíamos ter benefício...”*
- Interação entre CGRN e autoridades locais (tradicionais e administrativas)
- Impactos levam tempo a se manifestarem





# Percepção das Comunidades

- A comunidade tem mais posse da terra e mais controle dos recursos florestais
  - *...quando chegar alguém, nós estaremos dispostos a negociar e a colocar as condições...*
- A comunidade reconhece que a certidão, o mapa, a capacitação dos CGRN são importantes para a posse dos recursos naturais
- Há muita expectativa (de conseguir benefícios) como resultado da delimitação





# Benefícios da Delimitação

- Benfeitorias sociais
  - Salas de aulas (Muswata – Mozbeef)
- Oportunidades de negócio
  - Outgrower scheme (Mutapua-Lurio Green Resources)
  - Lodge comunitário (Mussapa-Mitur)
  - Venda de mel (Mussapa, Musswata-MHC)
- Maior controle sobre os recursos naturais
  - Controle de exploradores ilegais (Muodo, Maririmue)





# Lições aprendidas

1. A definição de “comunidade” e a sua interpretação no terreno ainda representa um assunto complexo
2. A fraca coordenação entre as actividades de promoção de investimento e de protecção aos direitos de posse da terra das comunidades resulta em várias oportunidades perdidas para melhor atingir os objectivos de desenvolvimento rural





## Lições aprendidas (2)

3. A falta de ocupação efectiva da terra por um investidor com DUAT pode criar espaço para comunidades legitimarem a sua ocupação
4. A delimitação ajudou a comunidade a resolver o problema da disputa do poder sobre o território entre dois régulos vizinhos
5. A preparação social constitui um passo muito importante no processo de delimitação e que pode apoiar no estabelecimento de negócios comunitários







## Lições aprendidas (3)

6. A formação e capacitação dos comités de gestão constitui um dos principais benefícios do processo de delimitação, mas o benefício deve ir além, com a finalidade de servir de base para o desenvolvimento da comunidade
7. Os conteúdos de capacitações comunitárias administrados pelos provedores de serviços não são os mesmo, podendo resultar e diferentes percepções sobre o processo de delimitação





# Lições aprendidas (4)

8. A consulta comunitária é um processo participativo que garante a confirmação por parte das comunidades vizinhas e diferentes actores, sobre a legitimidade do direito de uso de terra, que é posteriormente aprovado pelo estado. Porém, a assimetria de informação em orejuízo das comunidades ainda é observável em comunidades delimitadas
9. Nem sempre é fácil/possível compatibilizar os objectivos de comunidades vizinhas ou de comunidades e investidores dentro da comunidade ou na vizinhança





# Lições aprendidas

10. A integração entre a delimitação e demarcação de terras é desejável e importante, porém, precisa de uma gestão particularizada de forma a não criar conflitos dentro da comunidade entre associados e não-associados





# Obrigado

